

Ao iniciarmos o diálogo sobre o papel das polícias, foi preciso começar com a identificação do próprio personagem: o policial. O policial é um cidadão que desempenha uma atividade como outra qualquer, como um médico, um professor, um agente comunitário de saúde, um advogado, um juiz. O engraçado é que o policial é um pouco de tudo isso. E a população quer assim: que ele seja preciso na decisão, como um médico na hora da cirurgia; que seja paciente nas suas explicações, assim como um professor; quer também que seja uma pessoa confiável, a ponto de deixá-lo adentrar em nossos lares, assim como fazemos com os agentes de saúde; que seja um defensor de nossos direitos, como são os advogados; e que seja imparcial, mas justo, do mesmo jeito que é ou deveria ser um juiz. Ou será que as pessoas querem apenas uma polícia que as respeite e as proteja, assim como ao seu patrimônio, indistintamente?

Conforme a Constituição Federal de 1988, o artigo 144 introduz que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. E essa segurança deve ser exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio, tudo isso, por meio das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civil, militar e do corpo de bombeiros. Vale lembrar que também há as guardas municipais e os agentes penitenciários, cujos papéis têm igual importância.

Várias imagens veiculadas em vídeos na internet, em reportagens televisivas trazem indagações a respeito do papel das polícias para com a sociedade. Ninguém sabe para quê são formados os policiais, porque o que vem a público são vídeos sobre tortura, maus tratos, abusos no exercício da atividade policial, corrupção. As disparidades entre uma polícia federal e uma polícia estadual são gritantes, tanto no âmbito salarial, quanto na esfera de formação e de estrutura física. A polícia federal passa seis meses numa academia de polícia, realizando cursos, recebendo aulas sobre vários temas ligados à sua atividade, desfrutando de uma estrutura material e humana de muita qualidade. Em alguns Estados, o mesmo não ocorre com as polícias estaduais, seja militar ou civil. Estas duas instituições ficam muito distantes por desempenharem funções diferentes, posto que a primeira é responsável pelo trabalho ostensivo, enquanto a última atua como polícia judiciária, assim como a polícia federal, muito embora sua estrutura esteja muito aquém de uma polícia federal! As polícias estaduais estão bastante sujeitas aos gestores estaduais: quando estes priorizam a segurança pública, as coisas vão bem: viaturas novas, equipamentos funcionando, aumentos salários, acompanhamento médico adequado, investimentos nos grupos especiais e também nas academias de formação, promovendo cursos de reciclagem, enfim, respeitando o policial como ele/ela merece.

Todavia, na realidade, os problemas enfrentados pelos policiais são muitos: a corrupção dentro e fora das polícias (o que existe em todas as instituições); a tortura para se conseguir o que se quer; falta de reciclagem dos policiais; e um Código Penal datado de 1940, com leis arcaicas – a polícia prende, o judiciário solta... Mudar as leis seria viável? Ou seria mudar as leis para os grandes bandidos e direitos humanos para os bandidinhos! Há um forte sentimento de

intranqüilidade frente à presença de ‘bandidos com insígnias e sem insígnias’... O dinheiro comprando a liberdade dos grandes criminosos, restando os presídios para os menos afortunados... E a mídia? Esta informa, forma e diverte. Emissoras em busca de ibope conduzem a opinião pública e podem transformar heróis em monstros do dia para a noite e vice-versa. Estaria, a grande maioria da mídia, também corrompida?

Tudo isso existe. Mesmo assim, muitos são os esforços para mudar esse quadro. E o que se quer é uma polícia com uma formação construtiva, que conte com instrutores preparados, um currículo adequado, uma formação que conscientize o profissional sobre a importância do papel que ele desempenha para a sociedade, sem impor medo – como se fez nos tenebrosos anos de ditadura militar – e, acima de tudo, por meio do respeito! Quer-se uma polícia que compreenda o seu papel junto à população: proteger as pessoas e os seus direitos, defendendo os cidadãos indistintamente.

Lembremos que muitas dessas ações passam pela atuação e vontade dos gestores para investir em segurança pública, organizando trabalhos de prevenção à criminalidade e também de repressão. Some-se a isso a participação da sociedade organizada, com contribuição dos movimentos sociais, dos conselhos de segurança, seja levando informações ou denunciando. A denúncia é também uma ferramenta de prevenção ao crime e o apoio dos Ministérios Públicos e das ouvidorias torna-se imprescindível. As contribuições advindas destes órgãos têm ampliado a mediação de conflitos e o acesso à justiça para a defesa de direitos. O Estado precisa garantir estas ferramentas de luta!

Não podemos olvidar que o trabalho desenvolvido pela Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ) muito tem contribuído para a formação do policial, valorizando-o, atualizando-o e estimulando o estudo e a aprendizagem de técnicas modernas, em consonância com os novos tempos, resultando na idéia de ampliar investimentos em educação e no social. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Matriz Curricular Nacional são outros instrumentos de grande valia em prol de uma melhor formação para os profissionais da segurança pública, com vistas à construção de um convívio harmonioso e de uma cultura de paz com as polícias!

Enfim, o policial não é apenas um servidor a serviço do Estado. Acima de tudo, ele está a serviço da população e deveria ser garantidor do bem-estar de todos, não só em razão de um juramento profissional, de uma norma jurídica, mas por lidar com pessoas. Os anos de lutas resultaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, documentos que objetivam proteger as pessoas e seus direitos, entendendo-as como seres humanos detentores de dignidade. O policial está inserido nesse contexto e pode ser protagonista nessa proteção, agindo inclusive como multiplicador dos direitos humanos.

As grandes conquistas estão aparecendo como resultado de muita luta. E a grande maioria dos policiais, embora mal remunerados e não-valorizados, desempenham um trabalho eficiente e íntegro, exercido com amor e compromisso. Estas diretrizes profissionais precisam ser disseminadas e divulgadas na mídia, com o intuito de se resgatar a confiança das pessoas e mostrar que não existem apenas maus profissionais, dispostos apenas a



defender a ordem, ainda que ela seja injusta e excludente. Destarte, percebemos que não há uma solução, única e formatada, para o problema existente dentro das instituições policiais. Há um conjunto de esforços que, juntos, farão a diferença para as futuras gerações.

* Suana Guarani de Melo, escrivã da Polícia Civil do Estado da Paraíba, graduada em direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFPB/MJ, conselheira de Políticas Públicas do Conselho Comunitário do bairro de Mangabeira (Consem), em João Pessoa (PB), e diretora de Políticas da Saúde e do Trabalho da Associação dos Policiais Civis da Paraíba (Aspol).